



# Guerra das Malvinas

# A Longa Guerra das Malvinas de 1982

Fernando Sarti Ferreira  
Mestrando em História Econômica na USP

Na Praça do Congresso Nacional ou mesmo na Praça de Maio, é possível observar uma série constante de acampamentos, marchas, vigílias e toda a sorte de manifestações políticas. Sindicalistas, estudantes, desempregados, as famosas *madres* ocupam essas duas praças em dias simbólicos, em campanhas políticas ou para pressionar seus representantes. Porém, mesmo nos breves - quase raros - momentos de calma política na capital da República Argentina, um grupo se mantém sempre acampado: são os veteranos da Guerra das Malvinas de 1982. Muitos que na época do conflito tinham pouco mais de 18 anos, hoje sofrem com uma assistência insuficiente e vivem uma espécie de orfandade política. Aqueles que reivindicam o chamado “Processo de Reorganização Nacional” não vão apoiá-los, sendo que estes são o testemunho vivo da incompetência e negligência dos militares que conduziram a brutal ditadura de 1976-1983. Por outro lado, reconhecer aqueles garotos - hoje chegando aos 40 e 50 anos - como heróis nacionais parece dar respaldo a uma das mais, senão a maior, patéticas e trágicas propagandas armadas já promovidas por um Estado latino-americano.

Este artigo pretende realizar um breve histórico do conflito e de algumas de suas principais implicações políticas.

## Breve Histórico

A primeira disputa relativa às Malvinas diz respeito a sua descoberta. De Américo Vesputio, passando pelo português Alonso Camargo, aos piratas ingleses John Davis e Richard Hawkins, é incerto precisar quando o arquipélago foi avistado pela primeira vez. A primeira menção cartográfica aparece em um mapa de 1529 realizado pelo

português Diego Ribero e baseado nas anotações de 1520 do também luso Estevão Gomes, membro da expedição de Fernão de Magalhães. Nesse primeiro documento, o conjunto de ilhas aparece denominado como *San Antón*, mesmo nome da nau de Gomes.

Porém, é somente no ano de 1600 que o navegador holandês Sebald de Weert, ao comando do navio *Geloof*, irá propriamente localizar, descrever e batizar o arquipélago com o nome de *Sabaldivas* – nome pelo qual serão conhecidas as ilhas por todo o século XVII e primeira metade do XVIII. Frequentada também por ingleses e franceses durante esse período, a primeira tentativa de colonizá-las ocorreu no ano de 1764, quando o navegante francês Louis Antoine Bougainville desembarcou com 140 tripulantes e 17 colonos em uma baía nomeada de *Française*, estabelecendo ali a colônia de *Port Louis*. A principal missão desse assentamento era o de promover abastecimento para os navios franceses que seguiam em viagem para o Oceano Pacífico. No ano seguinte, os britânicos fundaram seu primeiro assentamento no arquipélago, *Port Egmont*, com o mesmo intuito do dos franceses.

No bojo das Reformas Bourbonicas, a coroa espanhola protestou a posse do arquipélago e Bougainville entregou o forte de *Port Louis* no ano de 1767 em troca de mais de £ 600.000 correspondentes aos equipamentos e embarcações encontradas no local e alienadas para os espanhóis. Os ingleses fazem pouco caso e no ano de 1770 cinco fragatas espanholas com mais de 1.500 homens partiram de Montevidéu em direção à ilha de *Saunders*, onde se localizava *Port Egmont*. Rendidos pela armada espanhola e instados a abandonarem o assentamento, a ação provocou alvoroço na imprensa e no parlamento britânico, levando a uma crise diplomática resolvida mediante um acordo secreto que estipulava a retirada dos ingleses até o ano de 1774. Mas é somente depois de firmado o tratado de Nootka Sound em 25 de outubro de 1790 que os britânicos passaram a reconhecer efetivamente a posse espanhola dos territórios. A partir de então as chamadas Ilhas Malvinas – corruptela do francês *malouines*, termo que remetia à proveniência dos colonos franceses trazidos por Bougainville do porto de Saint-Malo, originários do norte da França – passaram a ser controladas por governadores designados pelo Vice-Rei do Rio da Prata até as guerras de independência na América espanhola.

O processo de independência da Argentina, iniciado em 1806 e aprofundado depois de 1810, não terá maiores efeitos sobre a disputa até meados da década de 1820.

Segundo o historiador Milciades Peña, a Revolução de Maio de 1810 abriu as comportas das forças centrífugas do Vice-Reino do Prata. A unidade desse vasto território, costurada artificialmente pela burocracia da coroa espanhola, deu lugar a uma explosão de conflitos onde os diferentes interesses econômicos regionais não encontravam solução. Retomando a Peña, Waldo Ansaldi reconhece 1806 como o início de uma crise orgânica que perduraria até o ano de 1880, onde o reordenamento de classes – burguesias regionais, burguesia comercial, latifundiários da pecuária – termina com a organização do Estado nacional e o estabelecimento da chamada “ordem conservadora”.

Durante a primeira fase desse período de grande instabilidade política, pouca atenção será dedicada pelas recém-formadas Províncias Unidas da América do Rio da Prata ao arquipélago. Apenas em 1826 ocorrerá uma tentativa mais efetiva de ocupação das ilhas pelas mãos de Luis Vernet, francês de nascença, que irá receber do Governo de Buenos Aires o direito de explorar livremente o arquipélago por vinte anos, tendo direito total sobre a pesca e a caça de animais.

O empreendimento de Vernet foi ameaçado não só por expedições inglesas, mas agora também por embarcações pesqueiras e baleeiras dos Estados Unidos da América. Uma série de incidentes entre as Províncias Unidas e os EUA cumpriu um papel de extrema importância para a ocupação britânica do arquipélago em 1833. O principal desses incidentes foi o aprisionamento da escuna estadunidense Harriet e de sua carga em agosto de 1831. O encarregado comercial dos Estados Unidos em Buenos Aires, Francis Beaylies, além de reafirmar os direitos estadunidenses de pesca no Atlântico Sul, exigiu uma reparação e indenização pelo apresamento e pilhagem do Harriet e afirmou desconhecer os direitos das Províncias Unidas sobre as Ilhas Malvinas. A esse sinal do encarregado comercial estadunidense, de que qualquer tipo de pretensão de qualquer país sobre as Ilhas Malvinas não acarretaria uma afronta à “Doutrina Monroe”, a Grã-Bretanha respondeu com a ocupação definitiva das ilhas.

### **Militarismo e a Sociedade Argentina**

Desde os episódios conhecidos como “Invasões Inglesas de 1806-1807”, o elemento militar tem sido preponderante na história política argentina. Aproveitando-se do vazio de poder provocado pelas Invasões Napoleônicas na Península Ibérica, a coroa inglesa conquistou a então Banda Oriental – hoje Uruguai – e a partir deste local promoveu ataques à cidade de Buenos Aires, chegando a conquistá-la por um breve

período em 1806. Expulsos pelos crioulos, os ingleses retornaram à Banda Oriental, onde se reorganizaram para no ano seguinte novamente investirem contra a cidade portenha. A segunda tentativa, rechaçada por milícias populares, vai impulsionar a Revolução de Maio de 1810, momento chave na independência daquele país.

No entanto, a consolidação do Estado nacional argentino, como mencionado acima, foi permeada de guerras e levantes armados que tiveram uma solução política e militar definitiva somente em 1880. A constante presença de conflitos militares na história daquele país – e principalmente na Província de Buenos Aires – pode ser facilmente constatada pela abundância de cidades, ruas, estradas e avenidas batizadas em homenagem a batalhas ou personalidades militares. O cientista político francês Alain Rouquié, em seu clássico trabalho *Poder militar y Sociedad Política en la Argentina*, observa que “(...)a maioria dos cidadãos argentinos não deixa de pensar que seu país é a criação de seus generais. E com efeito, é o que ensina a ‘história-batalha’ ensinada nas escolas e não sem fundamento. A nação Argentina forjada nas guerras de independência contra os exércitos espanhóis, e depois de ser apaziguada e unificada em um conflito internacional com o Paraguai (1865-1870), consolidou seu território a sangue e fogo esmagando as populações indígenas durante a Campanha do Deserto”.<sup>1</sup>

O período histórico iniciado em 1880, sob os auspícios da chamada “ordem conservadora”, é conhecido pela rápida expansão econômica e modernização da nação argentina. Os caminhos de ferro passaram a cortar o país todo, ao mesmo tempo em que o chamado “deserto” ocupado por indígenas deu lugar à expansão de uma das economias agro-exportadoras mais dinâmicas do mundo. Os enormes fluxos de capitais, provenientes principalmente da Grã-Bretanha, foram acompanhados pela sua fonte de valorização: a imigração de um enorme contingente de trabalhadores. O crescimento populacional, aliado à enorme expansão econômica do período, transformou a acanhada capital do Vice-reino em uma das metrópoles mais cosmopolitas do mundo.

À frente desse projeto estava o General Julio Argentino Roca. Oriundo da aristocracia tucumana – ligada à produção de açúcar –, Roca fez uma brilhante carreira militar tendo como ápice a “Campanha do Deserto”. O seu sucesso na incorporação de mais de um milhão de quilômetros quadrados de terra à exploração agropecuária argentina garantiu-lhe o capital político necessário para costurar a estrutura do Estado nacional e a pacificação dos diversos grupos dominantes durante sua primeira presidência (1880-1886).

Devido à sua origem militar, era inevitável que o exército sofresse grandes transformações durante o seu governo. Embalado pelo mesmo espírito de modernização, Roca iniciou o chamado processo de profissionalização das forças armadas. Até então, em decorrência dos constantes conflitos internos, a oficialidade do exército não diferia em nada da classe política. Promoções e rebaixamentos eram decorrência direta da situação política dos grupos em pugna. Já os soldados de linha, quando não eram massas de gaúchos clientes de algum caudilho, eram ou criminosos punidos com o serviço militar ou bem mercenários estrangeiros contratados para alguma missão específica. Apesar da criação do Colégio Militar durante o governo de Sarmiento (1868-1874) em 1869, a forma de recrutamento, tanto de oficiais como de soldados de linha, não se modificou até o começo do século XX.

Foi durante a segunda presidência de Roca (1898-1904) que a reforma do exército ganhou fôlego. A obrigatoriedade da formação militar para o ingresso na oficialidade foi impulsionada pela lei de serviço militar obrigatório como “exigências do progresso” – segundo palavras do então presidente da República. Se por um lado essas modificações ganharam força devido à crescente tensão com o vizinho Chile – cuja impressionante força militar ficou demonstrada na guerra contra a Bolívia e o Peru em 1883 e onde o serviço militar obrigatório estava em vigor desde 1900 –, outros aspectos influíram para consolidar essas duas transformações no exército argentino e que são de extrema importância em nossa discussão.

A imigração massiva e a expansão econômica haviam elevado a chamada “questão social” ao primeiro plano da sociedade argentina. A organização do movimento operário ganhou força na última década do século XIX, acompanhada dos reclames de diversos setores sociais que se viam excluídos dos processos políticos do país. A “ordem conservadora” era um regime político fechado e que, ao levar a cabo seu projeto de modernização, acabou fortalecendo e criando forças sociais opostas a ela. Nesse sentido, a reforma do exército visava resolver dois problemas. Primeiro, oferecer uma oportunidade de ascensão social através da oficialidade militar para uma crescente classe média que esbarrava com o clientelismo político ao procurar os empregos públicos; segundo, através do serviço obrigatório, inculcar nos jovens imigrantes ou filhos destes – que constituíam quase metade da população do país – o patriotismo e remover as idéias alienígenas trazidas de seus países de origem de dissolução social – ou seja, o socialismo e o anarquismo.

A segunda proposição ganhou mais força durante a primeira década do século XX. A constante agitação social – greves gerais em 1902, 1909 e 1910, assim como o levante da União Cívica Radical de 1905 – levou alguns setores da própria “ordem conservadora” a pensar sobre a necessidade de uma reforma que conseguisse incorporar os descontentamentos e retirar o argumento da subversão. Para esses setores, tal estratégia passaria pela implementação do sufrágio universal e secreto e o serviço militar obrigatório serviria como a pré-escola cívica e moral que prepararia o jovem para ser cidadão votante do amanhã.

Ainda segundo Rouquié, “O objetivo do serviço militar obrigatório era, segundo um oficial, fazer cidadãos argentinos a partir de um “conglomerado híbrido e confuso”, re-nacionalizar a alma nacional desprendendo-a de ‘exotismos que a debilitam e impurezas que a descompõe’. O exército se converte no ‘porta-estandarte da civilização’ segundo o sentido que os grupos dirigentes dão a esse termo desde Sarmiento “.<sup>2</sup>

### **O Exército e a Política na Argentina de 1930 a 1976**

O moderno exército argentino estreou oficialmente no cenário político nacional à ocasião do golpe de 1930 que derrubou o popular presidente Hipólito Yrigoyen. Até então, suas principais ações haviam sido a repressão à greve geral de 1919 em Buenos Aires – conhecida como “Semana Trágica”- e o massacre da “Patagônia Rebelde” entre 1920-1922, quando fuzilou mais de mil e quinhentos trabalhadores rurais que se encontravam em greve. Depois de 1930 até a “Guerra das Malvinas”, em 1982, treze militares ocuparam o posto máximo da República Argentina, tanto por vias eleitorais – Agustín Pedro Justo (1932-1938) e Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974) –, mas preponderantemente através de inúmeros golpes militares. A consigna elaborada pelo tenente-coronel Carlos Smith em 1918, “A pátria para o exército, a política para os políticos”, curiosamente irá se tornar o lema de um corpo de oficiais amplamente intervencionista.

Os golpes militares na Argentina ocorreram em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e, por fim, 1976. Nas proclamações oficiais, publicadas pelas juntas e comandos militares, o perigo comunista – sempre associado a interesses alienígenas – e a degeneração das instituições aparecem como motivos para a intervenção militar na vida civil do país. Como última solução, as intervenções, segundo seus autores, eram a única forma de manter a unidade pátria e de preservar o verdadeiro ser nacional.

A retórica nacionalista dos militares latino-americanos, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, se contrapunha ao famoso perigo do comunismo internacional. O desrespeito à tradição e hierarquia eram os sintomas diretos da penetração nas mais diversas esferas da vida do elemento marxista. Na Argentina, essa retórica se reveste de redobrada importância se levarmos em consideração que o “ser nacional” era objeto de ferrenha disputa entre setores antagônicos daquela sociedade, emergindo sempre – principalmente depois do aparecimento do peronismo – com um conteúdo classista. Se os militares e parte da burguesia argentina não passavam de *cipayos*<sup>3</sup> a serviço do capital imperialista, inimigos do projeto de libertação nacional, os militantes populares se encontravam a serviço da grande conspiração internacional coordenada desde Moscou, que visava a destruir os pilares do ser nacional argentino. Curiosamente, a questão das Malvinas era algo compartilhado entre os dois grupos. Nas escolas onde se ensinava a “história-batalha”, ao lado das glórias militares passadas, encontrava-se a reivindicação pelas ilhas do Atlântico Sul como questão nacional primordial. Assim como durante o segundo mandato do governo nacional popular de Perón, o Senado da Nação promoveu uma série de discussões por ocasião da impressão de selos postais na Grã-Bretanha, cujo tema eram as ilhas *Falklands*, a questão das Malvinas será tema recorrente de seus adversários. O título da publicação, contendo um pequeno histórico sobre a questão, assim como a mensagem de Perón a casa e os principais discursos proferidos na ocasião, foram reunidos em uma cartilha distribuída gratuitamente entre estudantes do país todo intitulada “As Malvinas foram, são e serão Argentinas”.<sup>4</sup> Vale lembrar que, independentemente do grupo que estivesse no poder, as gestações diretas ou através das Nações Unidas para a resolução da questão do Atlântico Sul nunca foram abandonadas por nenhum governo argentino.<sup>5</sup>

### **Guerra, Juventude e Política**

A sequência de golpes militares iniciadas a partir de 1955 pode ser interpretada como um reflexo do aprofundamento do antagonismo político acima citado. O golpe de setembro de 1955, precedido em alguns meses de um violento bombardeio com caças-bombardeiros a jato da marinha contra a população civil durante o horário de almoço no centro de Buenos Aires como forma de pressionar Juan Domingo Perón a renunciar, marcou a conversão de inúmeros setores da sociedade argentina ao radicalismo político. Sob a bandeira do



Justicialismo, passaram a se agrupar desde setores conservadores, saudosos do período de paz social promovidos pelo peronismo, setores moderados, que não toleravam a proscricção da maior força política do país e agrupações radicalizadas que encontravam na figura do ex-presidente o líder natural da revolução argentina.

A chamada “esquerda peronista” terminou por aglutinar um grande número de jovens em suas diversas agrupações (*Juventud Trabajadora Peronista, Juventud Universitaria Peronista, Unión de Estudiantes Secundarios*), assim como nos sindicatos combativos conhecidos como Peronismo de Bases e nas agrupações guerrilheiras *Montoneros, Fuerzas Armadas Revolucionarias, Fuerzas Armadas Peronistas*. Esta ala jovem e radicalizada agrupava desde filhos de trabalhadores que enxergavam as antigas lideranças peronistas moderadas como corruptas até jovens de classe média que se confrontavam com a contração das oportunidades ocupacionais e de ascensão social promovida pelos planos econômicos concentracionistas dos governos cívico-militares.<sup>6</sup>

Durante todo o tempo em que o peronismo se manteve proscrito (1955-1972), esta ala radicalizada e seu avanço político, principalmente ao fim dos anos 60, apavorou as classes dominantes, os militares argentinos e mesmo a chamada “direita peronista”. O período que vai da eleição do peronista Héctor Campora a presidência em 1973 ao golpe de março de 1976 que derruba Isabel Perón, é caracterizado pela união dos setores acima citados para esmagar a chamada “esquerda peronista”. O processo de “Reorganização Nacional” iniciado naquele 24 de Março de 1976 deveria passar necessariamente por uma reorganização da juventude argentina.

Se no começo do século XX as Forças Armadas argentinas procuraram ser um meio de formar a juventude, na segunda metade daquele século ela teve de combatê-la. É significativo que nos estertores do governo do General Lanusse em 1973 tenha ocorrido a redução da idade para o alistamento militar de 21 para 18 anos. Ainda se acreditava que o serviço militar poderia ser uma maneira de combater os efeitos das ideologias de dissolução nacional que tanto assediavam a juventude neste período.

O jovem recruta que realizava o serviço obrigatório e que será o principal protagonista no conflito de 1982 contra os britânicos era popularmente conhecido como *colimba* (*corre-limpia-barre*, ou seja, corre-limpa-varre). Não realizando nenhum tipo significativo de treinamento, mas participando de um forte programa de disciplinamento que não poucas vezes desembocava em casos de

maus-tratos. Sobre a precariedade de seu treinamento, é interessante citar o depoimento recolhido por Federico G. Lorenz e publicado em seu livro *Las Guerras por Malvinas*, do militante da Juventude Peronista Juan Salinas, que serviu no Regimento 3 de La Tablada entre 1973 e 1974. O ex-recruta relata a explicação de um oficial que partes de seu treinamento – principalmente aquele vinculado ao manejo de armas pesadas e combate urbano – não seriam mais realizados. A justificativa era o fato de que, depois de recebido estes treinamentos, os jovens logo o usavam contra o próprio exército.<sup>7</sup>

Em relação à repressão aos movimentos guerrilheiros durante a ditadura, os colimbas tinham funções secundárias. Poderiam ser atacados em algum ponto de controle ou se enfrentar com estas agrupações durante as ações de assalto a quartéis, mas basicamente participavam de controles em estradas ou custódia de grandes fábricas ameaçadas por mobilizações operárias. Vale ressaltar que mais de 120 recrutas foram sequestrados e desaparecidos pelos aparelhos ilegais de repressão durante a ditadura.<sup>8</sup> Outro aspecto que deve ser lembrado, e que não é estranho a muitos países latino-americanos, era o fato de o serviço militar ser uma oportunidade, não só de se aprender uma profissão, mas até mesmo de alfabetização para os jovens mais pobres.

Por outro lado, ao fim dos anos 70, a totalidade das organizações da “esquerda peronista” havia sido esfacelada pela brutal máquina repressiva da ditadura argentina. Entre os 30.000 mortos e desaparecidos do período se encontram boa parte da geração de jovens militantes que na década anterior ao golpe formaram o chamado campo nacional popular. Entre abril e junho de 1982 649 homens iriam engrossar a lista de mortos, também vítimas do Estado argentino e lutando em nome da soberania nacional.

### **O Último Ato: A Guerra das Malvinas**

Em setembro de 1966, durante a ditadura do General Juan Carlos Onganía (1966-1970), um grupo de jovens estudantes e operários, ligados tanto ao nacionalismo de direita como ao peronismo e alegando cansaço com as gestões diplomáticas sobre as Malvinas, sequestraram um DC-4 da companhia Aerolíneas Argentinas que fazia o vôo Buenos Aires-Rio Gallegos e obrigaram o piloto a dirigir-se a *Port Stanley*, principal cidade do arquipélago. Em terra, os dezesseis jovens com idades entre 18 e 31 anos, içaram a bandeira argentina, mas foram logo presos e entregues às autoridades argentinas. Processados por sequestro, foram encaminhados à prisão de Ushuaía no extremo sul do país.

É curioso que, dezesseis anos depois, a esquerda e a direita argentinas se encontrariam novamente unidas em torno da questão das Malvinas, mas de uma maneira muito menos anedótica do que a aventura de 1966.

As disputas internas nas forças armadas pelo comando do processo de “Reorganização Nacional”, a crise econômica devido a uma política de endividamento externo, a reorganização das forças políticas opositoras, assim como a enorme pressão internacional em relação à violação dos direitos humanos, começaram a minar as bases de sustentação do regime militar pouco tempo depois do golpe de 1976. A utilização de uma reivindicação territorial fortemente arraigada ao longo de gerações de argentinos escolarizados na “escola-batalha” foi a última e desesperada tentativa de uma ditadura já desprestigiada em criar algum tipo de consenso político. Ao anúncio do desembarque em 2 de Abril de 1982, uma enorme massa se deslocou ao centro de Buenos Aires para apoiar o governo. Havia poucos dias, mais precisamente no dia 30 de Março, uma manifestação convocada pela *Central General de Trabajadores* (CGT) tinha sido brutalmente reprimida. Em entrevista a Federico Lorenz, um vidreiro que participou da marcha e se encontrava no centro a trabalhar no dia do desembarque, relata que “No dia 2 de abril tive que fazer uma vidraça aí na Capital. E quando estamos aí (...) começamos a ver as pessoas indo para a praça (...) E eu disse para o cara que estava trabalhando comigo: ‘São todos loucos, ontem eles nos desceram a porrada e agora estão festejando que eles tomaram as Malvinas, isso é uma loucura (...) Fizeram os desaparecimentos aqui e mandaram os garotos lá para as Malvinas com o fim de eliminar toda uma geração’.”<sup>9</sup>

À massa que saiu a festejar somaram-se não só o senso comum elaborado nas carteiras escolares, mas também opositoristas democratas, que viram na empreitada a chance de arrebanhar eleitores e prestígio social, os restos de uma esquerda socialista dizimada e totalmente desprovida de um projeto alternativo e grande parte do nacionalismo popular – presa fácil dos dúbios discursos sobre a soberania nacional. Consignas como “apoio as Malvinas sim, a ditadura não” proliferaram entre grupos de oposição exilados ou mesmo que seguiam no país; das alas mais radicais antiimperialistas<sup>10</sup> até a *Multipartidaria*.<sup>11</sup> Os *colimbas*, de meros recrutas pobres engraxates de coturno ou buchas de canhão da ditadura, transformaram-se, num passe de mágica, em *los chicos de Malvinas*. A imagem construída dos jovens sendo embarcados para o conflito contrastava radicalmente com

aquela do jovem militante-guerrilheiro. Se o projeto revolucionário conduzido pela juventude dos anos 60 e 70 havia sido esmagado pela ditadura, caberia agora a estes jovens encarnar a “Reorganização Nacional”. Ou apenas engrossarem a lista de crimes executados contra a juventude pela ditadura argentina com a cumplicidade de grandes parcelas da sociedade.

## Notas

1. ROUQUIÉ, Alain, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*, VI. I, Buenos Aires, Hyspanérica Ediciones, 1986, pg. 73.
2. ROUQUIÉ (1986), pg. 84.
3. Cipayo: nativo da Índia recrutado pelo exército imperial britânico. O jornalista e militante peronista Arturo Jauretche (1901-1974) definiu como cipayo todos aqueles que custodiam e reproduzem zelosamente os interesses do Imperialismo.
4. *Las Malvinas han sido, son y serán argentinas*, Buenos Aires, Imprenta del Congreso de la Nación, 1950.
5. DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz, *Conflicto das Malvinas*, VI. I e II, Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército, 1986. pp.31-36.
6. MACEYRA, Horacio, *Campora/Perón/Isabel*, Buenos Aires, CEDAL, 1986. pp. 30- 40.
7. LORENZ, Federico G., *Las Guerras por Malvinas*, Buenos Aires, Edhasa, 2006. pg. 25.
8. *Ibdem*, pg. 26.
9. *Ibdem*, pg. 47.
10. O principal partido de esquerda a apoiar o desembarque nas Malvinas com o argumento de que se tratava de uma “guerra justa” foi o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), de orientação Maoísta e de relativa expressão no período.
11. A *Multipartidaria* foi uma organização que reuniu a partir de 1981 a *Unión Cívica Radical* (UCR), o *Partido Justicialista* (PJ), o *Partido Intransigente* (PI), o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) e o *Movimiento de Integración y Desarrollo* (MID), no intuito de pressionar a volta da democracia. Operando como oposição consentida, vários de seus membros apoiaram a invasão, mas reivindicavam que ela deveria ser conduzida por um governo civil eleito democraticamente.

## Bibliografia

DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz, *Conflicto das Malvinas*, VI. I e II, Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército, 1986.

LORENZ, Federico G., *Las Guerras por Malvinas*, Buenos Aires, Edhasa, 2006.

MACEYRA, Horacio, *Campora/Perón/Isabel*, Buenos Aires, CEDAL, 1986.

MARAÑÓN, Jimmy Burns, *La tierra que perdió sus héroes: La guerra de Malvinas y la transición democrática en Argentina*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1992.

MORENO, Juan Carlos, *Nuestras Malvinas*, Buenos Aires, El Ateneo Editorial, 1955.

ROUQUIÉ, Alain, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*, VI. I, Buenos Aires, Hyspamérica Ediciones, 1986.

VÁRIOS AUTORES, *Las Malvinas han sido, son y serán argentinas*, Buenos Aires, Imprenta del Congreso de la Nación, 1950.